

PROCESSO - A. I. Nº 108595.0008/03-0
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - A PAULA DA SILVA
RECURSO - RECURSO DE OFÍCIO – Acórdão 2ª JFJ nº 0245-02/04
ORIGEM - INFAZ SIMÕES FILHO
INTERNET - 29/10/2004

2ª CAMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0288-12/04

EMENTA: ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. GASOLINA, ÁLCOOL E ÓLEO DIESEL. MERCADORIAS ENTRADAS NO ESTABELECIMENTO SEM DOCUMENTAÇÃO FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO: **a)** RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ICMS NORMAL; **b)** ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. O contribuinte é responsável pelo pagamento do imposto normal, devido pelo fornecedor, e pelo antecipado, relativo às mercadorias, sujeitas à substituição tributária, recebidas sem documentação fiscal. Exigências parcialmente subsistentes, após consideração das provas documentais trazidas aos autos. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Ofício, impetrado contra Decisão que julgou Procedente em Parte o Auto de Infração, lavrado para exigir o ICMS no valor de R\$143.927,52, e multa acessória correspondente à 1 UPF-BA, apurado através de levantamento quantitativo de estoque, por espécie de mercadorias, conforme documento às fls. 12 a 72 dos autos, em razão:

1. da falta de recolhimento do ICMS, no valor de R\$109.727,52, inerente aos exercícios de 1998; 2000; 2001 e 2002, na condição de responsável solidário, por ter adquirido mercadorias de terceiro desacompanhadas de documentação fiscal e, consequentemente, sem a respectiva escrituração das entradas de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária;
2. da falta de recolhimento do ICMS antecipado, no valor de R\$34.160,29, inerente aos citados, de responsabilidade do próprio sujeito passivo;
3. da multa, no valor de R\$39,71, pela falta de emissão de documentos fiscais nas saídas de mercadorias não tributáveis, no exercício de 1998.

O sujeito passivo apresenta impugnação alegando ter constatado equívoco no levantamento fiscal procedido pelo autuante, conforme demonstra, e solicita revisão fiscal, caso o autuante não reconheça os equívocos ocorridos, e que seja o Auto de Infração julgado procedente em parte.

A autuante, em sua informação fiscal, diante das provas documentais apensadas aos autos, acata o pleito do contribuinte, do que entende que o Auto de Infração fica reduzido a cobrança das multas formais por omissão de saídas de mercadorias, nos exercícios de 1998, 2000 e 2001, no valor individual de R\$39,71, totalizando R\$119,13, do que anexa novos demonstrativos às fls. 112 e 113 do PAF.

Intimado a se pronunciar no prazo de 10 dias sobre os novos demonstrativos acostados à informação fiscal, o autuado não se manifesta.

O julgador de Primeira Instância, considerando as razões de defesa, e que o sujeito passivo apresenta inequívocas provas documentais, as quais foram analisadas e aceitas pelo autuante, quando da sua informação fiscal, reduzindo o montante da exigência fiscal, conforme demonstrado às fls. 112 e 113 do PAF, elidindo parcialmente as acusações fiscais, entende corretas as novas quantidades de litros apuradas, as quais foram objetos de aceitação por parte do contribuinte, ao tomar ciência e não se pronunciar, do que resulta o débito no valor de R\$ 1.261,91. Vota pela Procedência em Parte do Auto de Infração.

VOTO

A impugnação apresentada pelo contribuinte em sua defesa, devidamente acompanhada de provas documentais, obteve a concordância expressa do autuante. O julgador de Primeira Instância em face dessas evidências, entende corretas as novas quantidades de litros apuradas, as quais foram objeto de aceitação por parte do contribuinte, do que resulta o débito no valor de R\$1.261,91.

Em face do exposto só nos resta ratificar e manter a Decisão recorrida, pela PROCEDÊNCIA EM PARTE da ação fiscal. Voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **108595.0008/03-0**, lavrado contra **A PAULA DA SILVA**, devendo ser intimado o recorrido para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$1.222,20**, sendo R\$753,21 atualizado monetariamente, acrescido das multas de 60% sobre R\$125,53 e 70% sobre R\$627,68, previstas, respectivamente, no art. 42, II, “d” e III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios correspondentes, e R\$468,99, acrescido das multas de 60% sobre R\$112,78 e 70% sobre R\$356,21, previstas, respectivamente, no art. 42, II, “d” e III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa de **1 UPF-BA**, prevista no art. 42, XXII da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de outubro de 2004.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

FAUZE MIDLEJ – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTTE – REPR. DA PGE/PROFIS